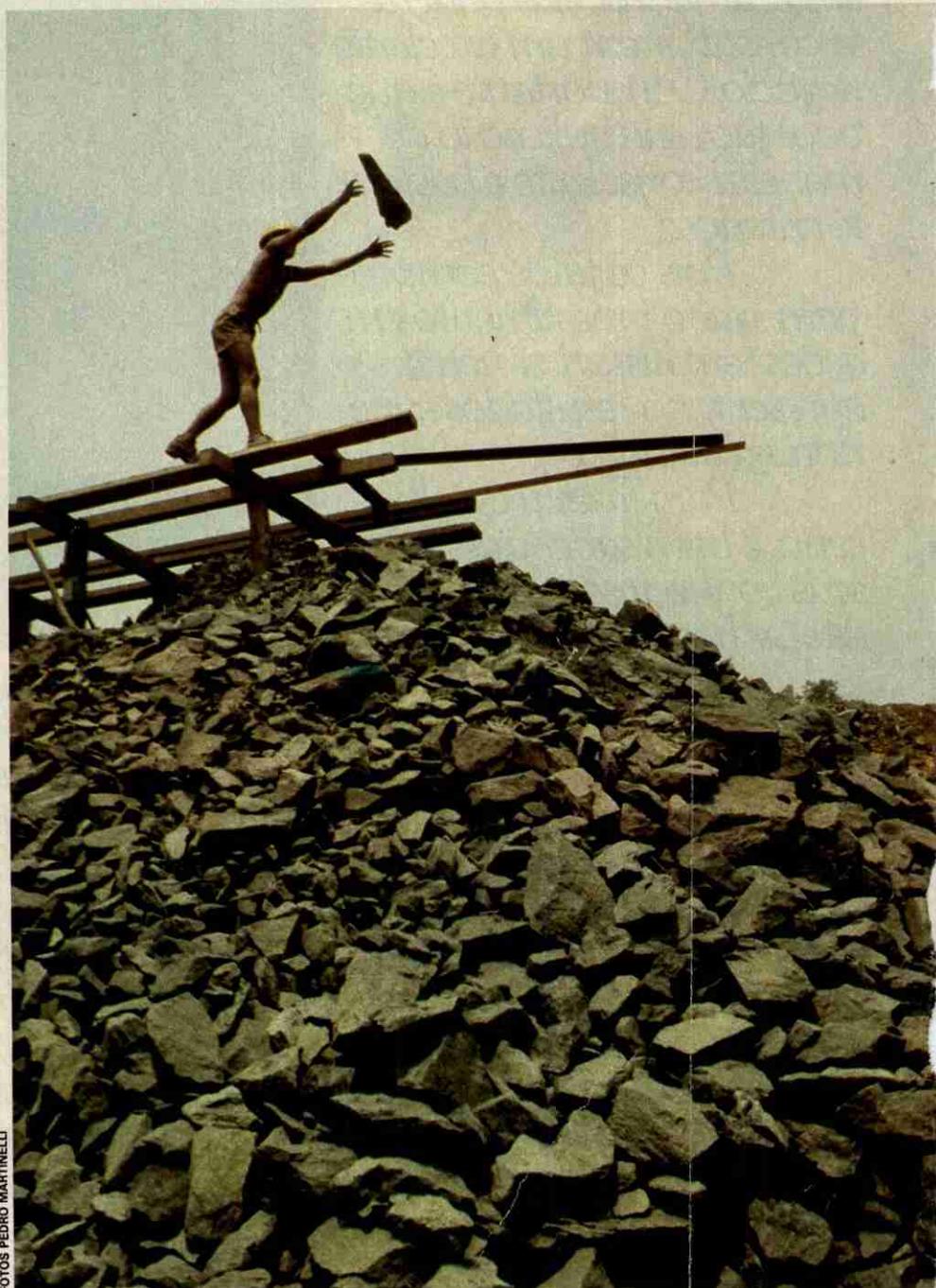


No caminho da riqueza

Carajás, o Eldorado de minérios do país, virou o maior projeto brasileiro até o final do século e vai precisar de 34 bilhões de dólares

Não há montanhas reluzentes nem lagoas douradas, como supunha a fantasia de obcecados desbravadores, mas o Eldorado brasileiro, avidamente procurado por mais de 400 anos, está exatamente onde sempre se suspeitou que estivesse: na Amazônia. Uma densa floresta ao sul do Pará, na serra dos Carajás, ainda esconde o brilho da mais rica e formidável província mineral do país — das maiores do mundo. São 18 bilhões de toneladas de ferro, reserva que só se exaure em 400 anos, e milhões de toneladas de bauxita, de onde se obtêm o alumínio, o cobre, o manganês, o estanho, o níquel e, em proporções menos extravagantes, mas atraentes, o ouro. Para aproveitar essas riquezas, além de outras típicas da região, está sendo urdido um plano que bem pode ser o maior empreendimento do século — algo só comparável, em escala planetária, a clássicos da engenharia humana como o canal de Suez ou outras epopéias do gênero. Segundo o projeto, até 1992 dezenas de plantas industriais no meio da selva consumirão 34 bilhões de dólares, aproximadamente um terço do produto interno do país.

Na última sexta-feira, o presidente João Figueiredo sobrevoou de helicóptero a área, acompanhado de quatro ministros, dando a chancela de sua presença física à decisão de executar o projeto. “Entre as medidas já acertadas em meu governo, tocar Carajás é das mais importantes”, declarou o presidente a VEJA. De fato, num panorama econômico depressivo, Carajás transformou-se no grande projeto a ser posto em marcha efetiva pelo governo Figueiredo. É o que foi Itaipu, para o governo Medici, ou o Programa Nuclear, para o governo Geisel. A exemplo de Itaipu e do Programa Nuclear, o gigantesco Carajás precisa de recursos que um país altamente endividado não dispõe — e, por isso, seu futuro habita uma zona cinzenta de indefinições. Com a prioridade já dada ao projeto do ferro, há duas sema-



FOTOS PEDRO MARTINELLI

Depois de achar ferro, descobriu-se cobre: a maior mina do país



No morro de ferro, a clareira do primeiro acampamento, que em 1984 vai abrigar 11 000 trabalhadores

nas, e a intenção declarada do presidente, muitas dessas sombras devem se dissipar.

MEGALOMANIA — Já está praticamente acertada, como primeiro passo, a criação de uma superintendência que vai cuidar dos projetos concebidos em um ano de trabalho e fornecidos como subsídios ao governo pela empresa estatal Vale do Rio Doce, por enquanto a única dona dos minérios descobertos na área, mas que cuidará apenas do ferro. “O país precisa agora escolher se vai dormir com Brigitte Bardot ou com um porco-espinho”, sentencia um dos mais destacados formuladores da política mineral, entusiasta do projeto. Já conhecido como “Carajazão”. É bem verdade que o país, em muitas ocasiões, preferiu dormir com o porco-espinho. Foi assim na Transamazônica ou na Ferrovia do Aço, tristes paradigmas do desperdício ufanista. Em Carajás, a megalomania pare-

ce estar cedendo lugar ao realismo — e talvez o Brasil possa dar, ali, o grande mergulho naquilo que efetivamente tem de mais rico.

Minérios são bens palpáveis, sobretudo vendáveis, e o país, comprovadamente, os tem. Com Carajás e as reservas já conhecidas no resto do país, o Brasil ocupa hoje um lugar privilegiado junto com a Austrália, Canadá, União

Soviética e África do Sul, os mais importantes reservatórios de minérios do mundo. Até aqui olhada com pouca atenção, a fortuna mineral do país, se não paga a dívida externa, hoje na casa dos 55 bilhões de dólares, representa ao lado da agricultura o mais sólido saldo médio de que se pode lançar mão.

PRIVILÉGIO — Este saldo médio vem crescendo nos últimos dez anos impellido por dramáticos problemas de balanço de pagamentos. No caso do ferro, Carajás tem as maiores reservas de alto teor do mundo, seis vezes maiores que as de Minas Gerais. Mas o ferro é mineral abundante e custa barato no mercado internacional. Progressos mais significativos foram feitos em minérios que o país importa.

A descoberta no Pará de 2 bilhões de toneladas de bauxita, o barro vermelho a partir do qual se faz alumínio, garante ao país o privilégio de deixar de ser importador —





FOTOS PEDRO MARTINELLI

O trabalho nas galerias: 21 dias seguidos com sete de descanso

só no primeiro semestre deste ano importamos 88 milhões de dólares de alumínio — e passar a exportador. O projeto Niquelândia, em Goiás (veja a reportagem seguinte), subverte também a balança comercial do níquel. As perspectivas do cobre, segundo produto primário da pauta de importações, são igualmente risonhas: a descoberta de Carajás, somada a projetos como o da Caraíba Metais, na Bahia, garante a auto-suficiência no minério.

O quadro ainda é muito favorável para minérios raros, como o urânio. As reservas medidas do país, o quinto maior detentor de urânio do mundo, já chegaram a 236 300 toneladas — suficientes para abastecer trinta reatores iguais a Angra II, por trinta anos. “É pena que o urânio não tenha o mesmo ibope de Carajás”, lamenta-se John Forman, diretor da Nuclebrás. Mas Carajás não tem ainda nem o tamanho nem a quantidade de problemas que a Nuclebrás, ainda na primeira infância, já criou.

VALE DO PARAÍBA — Carajás não será apenas um biraco do qual se vai extrair minério, pelo menos da forma como o projeto foi concebido nas pranchetas da Vale do Rio Doce. É, entusiasmam-se os técnicos, uma verdadeira “colonização” do Pará e do Maranhão. Com energia de Tucuruí — destinada a ser a segunda maior hidrelétrica do país depois de Itaipu, com 4 milhões de quilowatts em sua fase inicial, a partir de 1984 —, a ferrovia que liga São Luís às minas, já em plena construção, e as hidrovias, deseja-se integrar as riquezas da região. Seria antieconômico usar uma ferrovia de 890 quilômetros só para

transportar minério de ferro. Aos minérios, riqueza recentemente descoberta, serão acrescentadas riquezas típicas da região, igualmente abundantes, como a madeira, própria para álcool, e carvão vegetal. Mais ao sul, liga-se o sistema a grandes propriedades agropecuárias, que terão como escoar economicamente sua produção. “Carajás e Tucuruí, com o que representam em potencial de industrialização, podem fazer do vale do Tocantins, no fim do século, o que é o vale do Paraíba”, prevê o geógrafo americano Rolf Sternberg, um reputado e experiente analista desse tipo de questão.

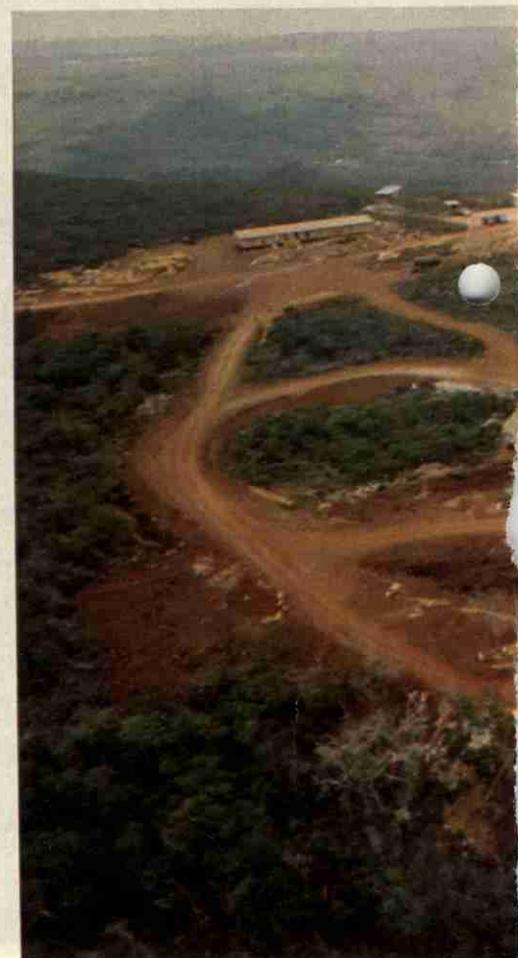
Tudo isso sai por algo como 34 bilhões de dólares — mais exatamente, 33,8 bilhões, segundo somou até agora a Vale do Rio Doce. Dependendo de como se olha a cifra, pode ser muito ou pouco. É pouco, quase meros trocados, quando se lembra que os Estados Unidos, só no ano de 1981, vão gastar nas vizinhanças dos 168 bilhões de dólares em seu orçamento militar. É muito, muitíssimo, quando se sabe que o Brasil simplesmente não tem esse tipo de dinheiro nem a mais remota chance de vir a tê-lo com recursos próprios. Trata-se, assim, de fazer o projeto render o máximo — e arranjar sócios. Em primeiro lugar, não se deseja exportar apenas minério, mas metal. Uma tonelada de ferro se vende a 19 dólares, 1 de gusa, 300. E há energia suficiente para alimentar indústrias em Carajás, Marabá, distante apenas 200 quilômetros, e São Luís, que estará às margens de um porto para navios de grande tonelagem — o Ponta da Madeira, a ser construído. Todo esse dinheiro será canalizado, por

etapas, até 1992, para 23 projetos industriais. Só a partir daí esses empreendimentos começarão a render, calcula-se, perto dos 11 bilhões de dólares por ano.

Há tanta gente interessada em tantos projetos? A situação econômica do país desaconselha ambições dessa ordem e empresas brasileiras não têm dinheiro suficiente para bancar projetos desse tamanho — o mais barato sai por 50 milhões de dólares, o mais caro, por 10 bilhões. Durante o ano em que tramou o projeto, a Vale ouviu possíveis clientes para cada projeto. Só depois definiu-os. “Não há megalomania, projetos românticos, tudo foi verificado”, garante Eliezer Batista, presidente da Vale, que por mais de dez anos dirigiu os escritórios da empresa na Europa. Conhecedor do investidor estrangeiro, Batista não receia falta de recursos para o projeto.

CONTROLES — Por caminhos diferentes, muitos investidores estrangeiros já reservaram seu lugar no Carajazão. Interessados no suprimento de minérios, eles querem também produtos industriais. A combinação de mão-de-obra barata — o salário de um operário anda pelos 7 000 cruzeiros, ou cerca de 120 dólares —, energia subsidiada e transporte é atraente. Há ainda controles de poluição cada vez mais severos em seus paí-

A usina piloto de Carajás...

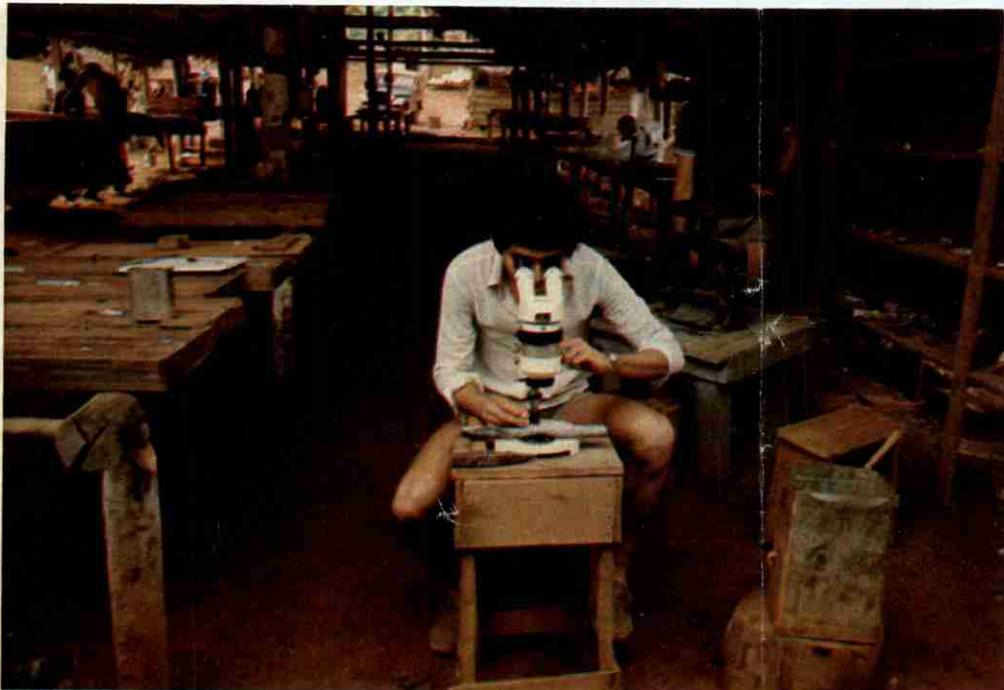


ses de origem, que os leva a procurar outros países para suas indústrias. Finalmente, o risco é pequeno porque não se vai fazer prospecção alguma: o minério existe.

Sabe-se hoje que a Alcan e a Kaiser, duas das seis poderosas irmãs do alumínio, projetam instalar usinas de alumínio em Carajás, ou Paragominas, jazida de bauxita, ainda intata, com reservas de 1 bilhão de toneladas. A Vöest, da Áustria, quer produzir aços em São Luís. As japonesas Kawasaki Steel e Mitsubishi, além de estatais da Romênia e da Iugoslávia, interessam-se por projetos de sin-terização de ferro.

Mas há também empresas nacionais namorando Carajás. O grupo Ermírio de Moraes, maior aglomerado industrial brasileiro, já anunciou que vai produzir alumínio em São Luís. Às margens da mina de cobre, a Eluma, que está montando a maior metalúrgica de cobre do país em Rio Grande (RS), quer instalar uma fábrica. O grupo Antunes quer fazer ligas de ferro em Carajás. Chovem candidatas para fazer ferro gusa, destacando-se a Cimetal, maior exportador do produto, e a Sibra. Isso apenas na área industrial. O grupo Monteiro Aranha, com petrodólares do Kwait a tiracolo, deseja plantar uma floresta energética — madeira para álcool ou carvão. Leonídio

... processará, já em 1981, 1 milhão de toneladas de minério de ferro

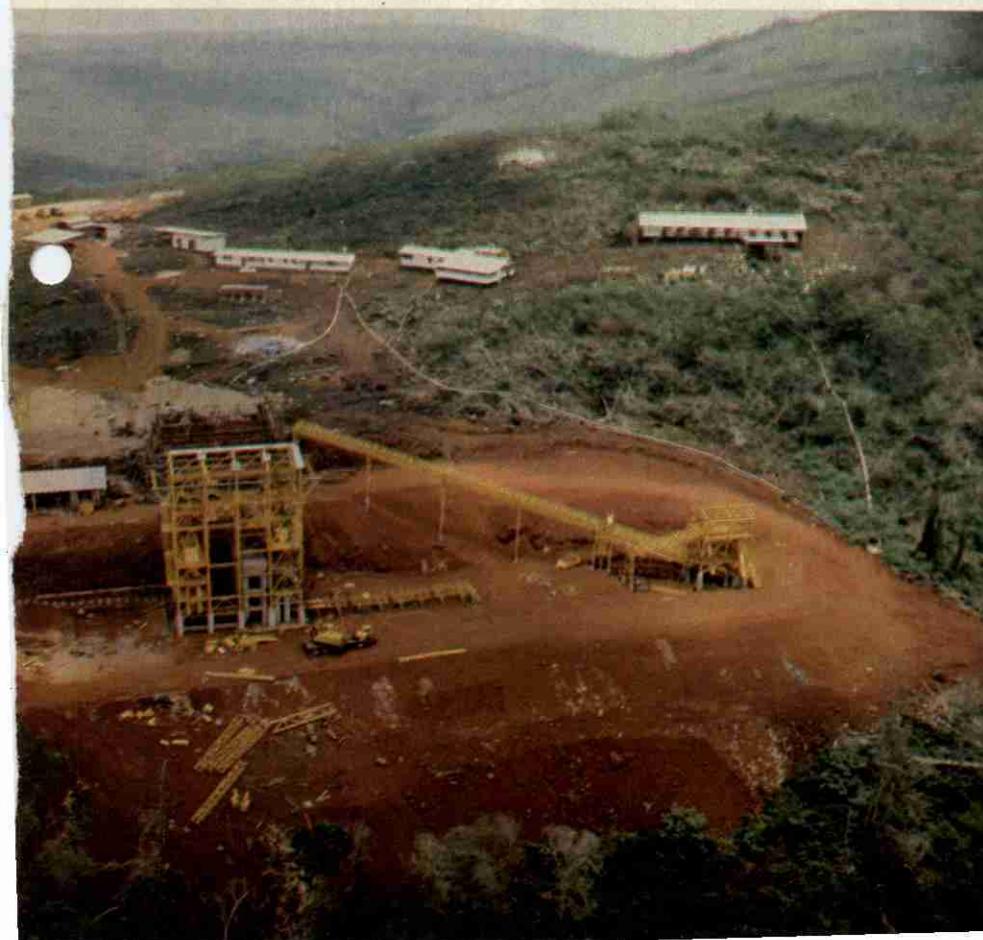


Geólogos analisam amostras do minério no laboratório de campo

Ribeiro, presidente da Sul América de Seguros, a maior seguradora do país, está organizando uma caravana de empresários para visitar Carajás, já interessados em investimento na área. Inscreveram-se na expedição mais de quinze empresários, entre eles Antônio Carlos de Almeida Braga, presidente da Atlântica Boavista de Seguros, a segunda maior do país.

CASO EXEMPLAR — A variedade de opções de investimento tende a atrair outros investidores, estrangeiros ou nacionais. Mais estrangeiros que nacionais porque aqueles têm mais dinheiro. Isso não quer dizer que se vai penhorar a Amazônia à cobiça internacional, mitológico jargão cunhado pela xenofobia nacional para investimentos estrangeiros na área. Casos clássicos de pilhagem, na Amazônia, não há nenhum que a história tenha contado. Fordlândia foi um retumbante fracasso em que a Ford, depois de perder dinheiro com extração de borracha na década de 20, desertou. Em Jari, o empresário americano Daniel K. Ludwig já viu 700 milhões de dólares saírem de seu bolso — e seguramente não estará vivo para assistir ao retorno do investimento. Na verdade, se há uma região no Brasil onde o capital internacional tem-se machucado, ela é precisamente a Amazônia.

Mesmo Carajás é um caso exemplar — descoberta por iniciativa de uma empresa estrangeira, a maior província mineral do Brasil jamais lhe renderia nada. Em julho de 1967, trabalhando para a Meridional, subsidiária da United States Steel, a maior siderurgia americana e a segunda do mundo, o geólogo Breno Augusto dos Santos achou por acaso minério de ferro em Carajás. Viajando em monomotores precaríssimos e helicópteros, Breno procurava manganês na região de Carajás quando viu uma clareira. Fez o helicóptero baixar tão perigosamente para colher uma amostra de pedra que danificou o motor traseiro do aparelho. Era ferro. Muito ferro. Mais tarde, ele e seus dois colegas, João Ritter e Erasto Borelli, perceberam que no



topo de algumas montanhas a floresta cedia lugar a uma vegetação rasteira. Não nasce árvore em cima de ferro, só mais tarde comprovariam. Estava descoberta a fantástica jazida de Carajás. “Era inacreditável”, conta Breno. “Parecia impossível descobrir alguma coisa tão grande em pleno 1967, quando o homem se preparava para ir à Lua.”

CASAMENTO E DIVÓRCIO — Comunicado o fato a Gene Tolbert, geólogo sênior da Steel que comandava a expedição, ele também não acreditou. Constatando tudo num pouso no local, assustou-se. “É grande demais, a empresa não vai ter condições de ficar com essa jazida”, alertou profético. Impressionado com o número de pedidos de área para exploração da empresa americana, Francisco Moacir Vasconcelos, diretor do Departamento Nacional da Produção Mineral, advertiu o então ministro das Minas e Energia, Costa Cavalcanti, hoje presidente da Eletrobrás e Itaipu. Por uma falha burocrática banal nos pedidos

da Steel, o processo de concessão de áreas foi brechado. Percebendo a pressão, a empresa americana dispôs-se a negociar com a Vale do Rio Doce uma participação no projeto.

Em 1971, celebrou-se o casamento. A Vale ficava com 51% das ações, a US Steel, com 49%. Mas, desde o início, o convívio foi difícil. Um acordo de acionistas que o jurista Alfredo Lamy Filho, um dos autores da Lei das Sociedades Anônimas, preparou, previa que para as decisões mais importantes era preciso um quórum de 75% do capital votante — ou seja, a US Steel teria tanto poder quanto a Vale na associação. Descontente, a Vale sabotou o casamento. Pagou 50 milhões de dólares aos americanos, soma que só lhes cobriu as despesas, e consumou a separação em 1977. Sem ter levado um grão do minério, a US Steel levantou acampamento.

Seu interesse na região nunca ficou inteiramente comprovado, mas a sorte de seus geólogos foi infinita. Afinal, Breno Santos procurou manganês e

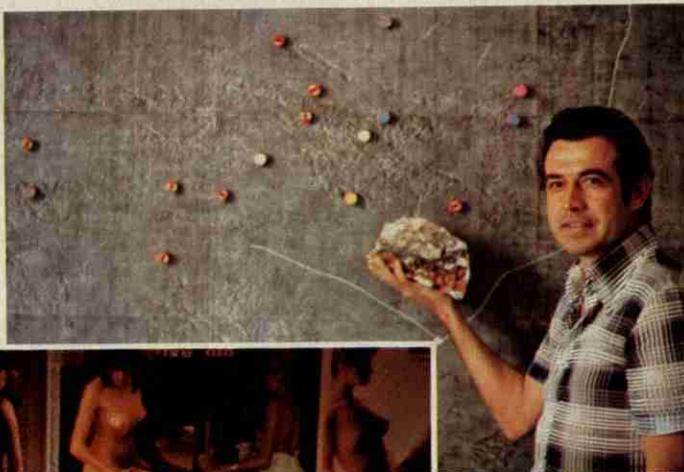
achou ferro. Depois casualmente topou-se com 45 milhões de toneladas de manganês. Quando se testava a argila para construir acampamentos, esbarrou-se com 40 milhões de toneladas de bauxita. Por pura intuição chegou-se ao cobre. Na área escolhida para exploração, Breno foi parar num igarapé que os índios chamaram de Salobo. Corruptela de salobro, a água estava empestada de cobre. Daí para a jazida foi um passo curto e lá se mediram até agora 5 milhões de toneladas de cobre, o bastante para a auto-suficiência.

VOLTA AO CICLO — Desdenhou a sorte o então ministro Shigeaki Ueki. Certo dia confessou a um geólogo que era impossível, na era do satélite e de sofisticadas multinacionais, que ainda se pudessem descobrir jazidas tão grandes de ferro. Preferiu acreditar que havia óleo em proporções sauditas na bacia de Campos.

Errou nos dois casos. O minério é sem dúvida a maior garantia de Carajás e a única opção de não explorá-lo é guardá-lo. Para explorá-lo é preciso dinheiro — e, para obter o dinheiro, será preciso voltar ao ciclo inicial de associação com o capital privado, estrangeiro e nacional.

O ativo em que se vai investir não é fixo — pode aumentar a qualquer hora. “Ainda há trabalho para dez anos em Carajás”, reconhece Breno, “especialmente na área a oeste da serra e que vai até o Xingu.” Absorvida por Carajás, a Docegeo, subsidiária da Vale para onde Breno se transferiu em 1973, não tem tempo nem dinheiro para novas explorações. “Acabou a fase romântica, começou a industrial”, confessa. Por um

Breno pesquisava manganês e achou a maior jazida de ferro do país. Há tanto ferro que as barracas do acampamento — hoje ocupadas por 600 trabalhadores — se apóiam em pedras do minério



FOTOS PEDRO MARTINELLI



salário de 1 Fig — igual ao do presidente da República, cerca de 195 000 cruzeiros, mas inferior ao de qualquer geólogo sênior de empresas internacionais —, Breno comanda hoje o distrito amazônico da Docegeo.

A ele estão subordinados quarenta geólogos que passam sessenta dias em Carajás, em acampamentos montados em cima do ferro, com direito a dezesseis de descanso em Belém. Na área em obras de terraplenagem, trabalhando em medição de minas, abertura de estradas e galerias, estão 600 homens, contratados a duras penas, pois todos sonham com o ouro de Serra Pelada, a 120 quilômetros de Carajás. Até aqui já foram gastos 182 milhões de dólares na serra ainda dominada por florestas, bandos de araras, pacas e veados, que bisbilhotam acampamentos, e a algazarra vespertina dos macacos guaribas.

ONDAS DE CHOQUE — Em pouco tempo essa paisagem vai mudar. Até 1984, uma imensa clareira será aberta para a construção de um superacampamento para 11 000 pessoas com hotel, igreja, cinema e supermercado. As ondas de choque vão-se propagar por toda a Marabá, a 250 quilômetros de Carajás, e prevê-se que a população vai pular dos atuais 50 000 para 300 000 habitantes na virada do século. Além de indústrias, a área de Marabá foi escolhida para sede principal dos projetos florestais do Carajazão.

O projeto florestal, com base no plano original, vai consumir 1,3 bilhão de dólares em investimentos, recompensando seus investidores com receitas anuais de 420 milhões de dólares. Devem ser aproveitados os maciços florestais naturais que circundam Marabá. Ornado desses enfeites, Carajás está glamurizado para despertar o interesse de investidores como a grande jóia da coroa. O projeto ainda não está à venda. Partilhado entre quatro ministérios — do Planejamento, das Minas e Energia, da Indústria e do Comércio, e Agricultura — e muitos políticos, Carajás até agora só está exposto à cobiça da burocracia e do PDS.

A superintendência que vai geri-lo é o alvo dessas disputas. Com previsíveis querelas de percurso, Carajás é o maior projeto desenhado no país, depois do Programa do Alcool. Com a diferença de que, do álcool, já se sentem efeitos imediatos — enquanto as riquezas do sul do Pará só poderão dar fôlego ao país nas próximas décadas.

FLÁVIO PINHEIRO, de Carajás